

Veja

4/12/1985

A luta para se evitar o blecaute de água

O calor escaldante que se abateu sobre São Paulo nas últimas semanas aqueceu uma ameaça que a cidade desconhecia desde 1969: o racionamento de água. Tangidos pela elevação da temperatura, que durante dias seguidos oscilou em torno de 37 graus positivos — algo que não acontecia desde 1941 —, os paulistanos abusaram da torneira aberta. "Foi uma loucura", afirma o engenheiro Lineu Alonso, 34 anos, superintendente de Controle e Desenvolvimento da Companhia de Saneamento Básico do Estado (Sabesp). "Prevíamos uma demanda de 43 000 litros por segundo e os ponteiros passaram a marcar 46 000." A diferença seria suficiente para abastecer uma cidade de 1,5 milhão de habitantes — ou seja, o crescimento populacional de São Paulo projetado para os próximos dois anos: "Este foi o primeiro verão depois da recessão", interpreta Alonso. "As pessoas não estão mais incomodadas com os preços das tarifas públicas."

Apanhados de surpresa, os técnicos da Sabesp foram compelidos a agir em duas frentes. De um lado, apelaram para que a população poupasse água. A batalha foi vencida apenas no final da semana passada, quando a demanda média caiu de 46 000 para 42 000 litros por segundo. Na outra frente, tratou-se de armar um inédito esquema de abastecimento para enfrentar a crise. Simultaneamente os técnicos não despregavam os olhos do nível dos reservatórios da região metropolitana. A ausência de chuvas — nenhuma gota caiu entre 1º e 21 de novembro — associava-se ao desperdício para fazer baixar, a níveis desconhecidos desde a década de 60, o volume de água dos mananciais. Se não chovesse, as fontes de água da cidade poderiam reduzir-se a poços de lama. Veio a chuva, e o problema resolveu-se apenas em parte.

MOLÉCULA PESADA — Na frente de emergência, a primeira medida foi extrair mais água das barragens do sistema Cantareira — o maior reservatório do Estado, equivalente em volume de água a 7,5 baías de Guanabara. Para tanto, a Sabesp acionou, em 14 de novembro, uma bomba hidráulica capaz de movimentar 11 toneladas de água por segundo. Em princípio a máquina só deveria entrar em operação no mês de janeiro. Associada a outras duas de igual porte, essa bomba conseguiu arremeter a água que faltava para a estação de tratamento do Guaraú, localizada 120 metros acima do nível da barragem. Ali configurou-se um segundo problema.

Rotineiramente, a estação do Guaraú trata 22 000 litros de água por segundo. Com o crescimento da demanda, essa etapa do processo passou a estrangular o abastecimento. A emergência impunha uma produção de 27 000 litros, que nunca fora tentada — e esse recorde foi atingido com a diminuição do tempo de tratamento. A água que demorava 3 horas para percorrer os 600 metros do circuito de tratamento passou a fazê-lo em 120 minutos com a ajuda de um produto químico. A água recebeu uma porção extra de polieletrólitos — um composto orgânico inócuo de moléculas pesadas que aglutina as partículas de impureza, acelerando o processo de esterilização. Aglutinadas, as partículas ganham peso e se depositam no fundo dos tanques de decantação. "Nesse tipo de solução, o problema é o preço", explica Célio Galvão, 40 anos, chefe de tratamento de água da estação. Enquanto 1 quilo de flúor — que está sendo adicionado à água de São Paulo desde o final de outubro — custa 329 cruzeiros, os polieletrólitos são comprados pela Sabesp a 17 400 cruzeiros o quilo.

(Páginas 112, 113 e 115)